

EDITORIAL

No sexto volume, número 2 de 2018 tivemos a colaboração de diversos autores que abordam a questão regional no âmbito econômico e apresentam interface com várias áreas afins.

O primeiro artigo discute valor e a contribuição do PIB verde, como indicador de sustentabilidade para a indústria do setor metal mecânico catarinense nos anos de 2010 a 2016. O estudo verificou a baixa sustentabilidade no início da série e que a mesma pode ser melhorada e tem sido aprimorada, como se verificou ao longo do período analisado; por fim o estudo sugere uma abordagem que utilize múltiplos critérios.

O segundo artigo avalia as formas de coordenação entre produtores e processadores do SAG piscícola no Norte do Paraná, buscando verificar os atributos transacionados neste sistema, a identificação das estruturas de governança, bem como a existência do alinhamento entre as características das transações e o tipo de estruturas de governança adotado. Os autores utilizam a pesquisa qualitativa de cunho descritivo, com o auxílio de pesquisa bibliográfica e pesquisa de campo e verificam a existência de especificidade de ativos físicos, incerteza de clima e preço e atitudes oportunistas na relação, concluindo que a estrutura de governança encontrada (mercado) não está alinhada às condições de eficiência propostas teoricamente, o que pode dificultar a competitividade da cadeia.

O terceiro artigo analisa a relação entre capital humano e crescimento econômico para o Estado do Paraná de 2000 a 2010, utilizando modelo de dados em painel. Segundo os resultados das autoras, para o Estado do Paraná e para maior parte das mesorregiões, o capital humano é estatisticamente significativo e positivo, explicando o crescimento econômico; o nível educacional representa a proporção da PEA com ensino médio completo e superior incompleto, tendo os maiores coeficientes, fato que sinaliza a importância do capital humano para o crescimento econômico paranaense no período analisado.

O quarto artigo analisa, por meio de modelos econométricos para dados em painéis, se o critério de partilha do FPE é eficaz em sua missão constitucional, ou se há evidências de uma versão do “paradoxo da abundância”. Os testes empíricos realizados em relação aos 27 estados da federação, de 1993 a 2013, indicam a incapacidade do FPE em promover o equilíbrio socioeconômico projetado, pois o crescimento econômico e a redução inicial da concentração de renda nos estados são revertidos no período subsequente à transferência dos recursos. Nesse caso, verifica-se que os repasses sem a implantação de regras eficazes para garantir avaliação de

desempenho e prestação de contas podem incitar no médio prazo externalidades contrárias aos propósitos iniciais que fundamentam a distribuição do FPE.

O quinto artigo analisa a dinâmica do mercado de trabalho da região, do ponto de vista de oferta e demanda de mão de obra qualificada no período de 2005 a 2014. Os autores classificaram os trabalhadores em “subeducados”, “adequados” e “sobre-educados” e os dados foram analisados de acordo com os métodos Normativo, Estatístico, da Renda e Autodeclarado. Os resultados encontrados evidenciaram que, entre o período de 2005 a 2014, ocorreu um desajuste entre a oferta e a demanda de mão de obra na região do Grande ABC Paulista.

O sexto artigo analisa, sob o enfoque regional, o cenário econômico e as hipóteses de convergência da renda *per capita* para a Microrregião de Cornélio Procópio do Norte Pioneiro do Paraná, no período 1991-2010. Os resultados mostraram que os Municípios mais pobres obtiveram uma taxa de crescimento da renda *per capita* superior aos Municípios mais avançados, confirmando a hipótese de convergência. No entanto, embora o crescimento econômico tenha atuado de forma a reduzir os diferenciais de renda, os autores constataram que a velocidade de convergência registrada foi baixa e que o município mais rico, Cornélio Procópio está bem distante das cidades mais afluentes, desenvolvidas e ricas do Paraná.

O sétimo artigo discute o panorama teórico-conceitual que correlaciona as variáveis desindustrialização e reprimarização da pauta exportadora com a *dutch disease*. A metodologia utilizada foi a revisão sistemática da literatura econômica e levanta os pontos favoráveis e desfavoráveis, segundo os autores selecionados. O autor conclui que frente à diversidade de indicadores utilizados e diferentes metodologias, não é possível emitir um parecer final sobre a presença da doença holandesa no país até 2017.

O oitavo artigo analisa a realidade de uma amostra de 3.708 empreendimentos, aproximadamente 4% da população de MPE do Distrito Federal. Os resultados gerais apontam a fragilidade do processo de gestão e baixa inovação nas empresas do Distrito Federal, justificando a participação de agentes externos como o Sebrae para fomentar iniciativas inovadoras.

Agradecemos aos autores que nos enviaram seus trabalhos e aos avaliadores que colaboram no processo dando valiosas sugestões nos artigos selecionados para publicação e desejamos uma boa leitura a todos!

Marcia Regina Gabardo da Camara

Editora Chefe